

Resenha bibliográfica 1

A economia do século XXI

Daly, Herman. *A economia do século XXI*. Tradução de Renato Souza. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. 120 p.

CLÓVIS CAVALCANTI *

A obra em língua portuguesa *A economia do século XXI*, de Herman Daly, economista e professor da Universidade do Estado de Louisiana, Estados Unidos, não constitui tradução de um correspondente livro publicado em inglês. Na verdade, a obra foi organizada pelo seu tradutor, Renato Souza, especialmente para o português, a partir de capítulos de dois outros trabalhos de Herman Daly publicados nos Estados Unidos — *Economics, ecology, ethics: essays toward a steady-state economics*, de 1980, e *Steady-state economics: the economics of biophysical equilibrium and moral growth*, de 1977. O primeiro deles refere-se a uma coletânea de ensaios coordenada pelo Prof. Daly, também autor de três ensaios, além das introduções e de um *post scriptum*. Dela foram extraídos o primeiro e o último artigos, os quais constituem, respectivamente, o primeiro e o segundo capítulos de *A economia do século XXI*, cujo terceiro capítulo equivale ao Capítulo 7 do segundo trabalho citado. Apesar de tal arrumação, aparentemente disparatada, o livro possui consistência, girando em torno de uma coluna dorsal de idéias e preocupações bem definidas.

Basicamente, o alicerce da obra é o conceito da economia do estado estável — em inglês: *steady-state economics*. Esse conceito pode levar à confusão o leitor familiarizado apenas com elementos de economia e demografia, onde é trivial a noção do estado estacionário. Todavia, o Prof. Daly, que defende um modelo biofísico da economia — a Figura 2, p. 38 da obra, é ilustrativa desse modelo —, tem em vista a noção do estado estável das ciências físicas e biológicas, particularmente da ecologia e cibernética, noção essa que também se exprime no termo homeostase. A homeostase é um atributo de todos os sistemas naturais, que são auto-regulados e estão sempre em processo de acomodação a um estado de equilíbrio. Ela diz respeito, precisamente, à capacidade dos sistemas de

* Do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

se equilibrarem, de exibirem harmonia. Inexistindo homeostase, tem-se a doença, a desagregação, a insustentabilidade do sistema. Ora, os sistemas exponenciais do tipo postulado pelo pensamento econômico convencional, predominante no mundo inteiro, não se mostram homeostáticos: sua insustentabilidade, *à la* bola-de-neve, é uma característica inerente a tais sistemas. Ela pode ser percebida, por exemplo, no fenômeno do endividamento externo do Brasil, onde são necessários sempre novos empréstimos “para pagar juros da dívida que já acumulamos e que nunca teremos condições de pagar” — nas palavras de José A. Lutzemberger, no prefácio ao livro de Daly. Típico da concepção dominante, que ignora as restrições biofísicas da economia, “é o regozijo de nosso governo federal [na Velha República] cada vez que consegue novo crédito” — é ainda Lutzemberger quem fala — para a rolagem da dívida.

Pois bem, na obra *A economia do século XXI*, Daly começa no primeiro capítulo, “Introdução à economia do estado estável”, examinando o problema dos paradigmas no pensamento econômico, para concluir que o paradigma ortodoxo de defesa do crescimento exponencial, de endeusamento do produto nacional bruto (PNB), não pode servir de roteiro para um processo permanente de saúde econômica. Precisa-se, ao contrário, de um novo paradigma, pois afinal, “em um mundo finito, crescimento contínuo é impossível” (p. 17), um assunto, aliás, já tratado por Nicholas Georgescu-Roegen, Jeremy Rifkin, Kenneth Boulding, Joan Robinçon. Com sua atenção voltada para o valor monetário, os economistas perderam as dimensões físicas da economia, daí por que a noção de economia do estado estável termina sem lugar na teoria econômica convencional. No entanto, a essência da economia está na finitude dos recursos — assunto abordado por Daly especialmente ao longo das pp. 20-7, quando lembra que o problema da escassez não permite que se adotem dogmas ortodoxos, como o de que “a tecnologia poderá substituir sempre velhos recursos por novos, sem limites” (p. 24), e leva a que se reconheça que “o problema último da humanidade é o de usar sabiamente os meios fundamentais em serviço do Fim Supremo” (p. 23). Neste sentido, a economia necessita guiar-se tanto pela ótica dos fins derradeiros como pela dos recursos primordiais, ou seja, como raciocina Daly à base da Figura 1 do seu livro (p. 23), a economia usual, quando fala em fins, cogita de algo como necessidades de alimentação, *v. g.*, e, quando se refere a recursos, tem em mente feijão, arroz, por exemplo. No entanto, a finalidade suprema do homem não é comer ou vestir-se, mas gozar a vida; e feijão, arroz, tecidos, aço para automóveis só são meios intermediários, pois antes deles há os recursos primordiais, primários, como a matéria-prima de baixa entropia, que lhes proporciona existência. Assim, a economia deve orientar-se por dois pólos extremos: os meios fundamentais — que a tecnologia não pode modificar — e o fim último — a que devem estar submetidos os fins de tipo instrumental. Arremata Daly: “A absoluta escassez dos Meios Fundamentais limita as *possibilidades* de crescimento. A competição de outros fins, que contribuem mais fortemente para o Fim Supremo, limita a *desejabilidade* do crescimento” (p. 25). Quer dizer, pela inte-

ração da desejabilidade com as possibilidades reais, o crescimento econômico vê-se inevitavelmente submetido a limites. Entretanto, a visão econômica convencional procede como se não existissem tais limites, oferecendo propostas mirabolantes tanto para as massas desafortunadas do mundo inteiro quanto para as nações menos desenvolvidas.

Combinando ecologia com as leis da termodinâmica, particularmente a segunda delas, que diz respeito à concepção da entropia, Daly mostra como se pode construir um modelo da economia em imitação da natureza. Pela lei da entropia e pelos condicionamentos ecológicos chega-se à percepção das realidades biofísicas subjacentes à economia. Se a estas adicionam-se componentes relativos à plataforma ética, ao escudo moral, que se situam no plano do que é desejável para o bem-estar humano na terra (considerações como o interesse de futuras gerações, como a significação do consumo sofisticado, como a desigualdade de renda e riqueza, como o sofrimento das vidas dos miseráveis, à margem de todo conforto, higiene e bem-estar), tem-se a força dos argumentos morais, imprescindíveis à formulação de políticas econômicas. Da interação das noções éticas com as restrições biofísicas obtém-se a compreensão da natureza e necessidade do estado estável, e de suas implicações econômicas e sociais, tema das pp. 30-45, ainda no Capítulo 1 da obra, que se encerra com uma análise que leva à visão de que as necessidades humanas são finitas — o que implica o abandono do postulado da não-saciedade — e que conduz à consideração da alternativa do não-crescimento. Na verdade, a idéia do não-crescimento tem um significado apenas quantitativo, ou seja, rejeita-se a idéia de que o homem deve ficar rico em mercadoria, em artefatos, mesmo que empobreça em termos de disponibilidade de tempo, de atividades como o desenvolvimento de relações afetivas. Na visão de Daly, o objetivo a ser perseguido com o seu sensato paradigma é o de uma política de equilíbrio biofísico e crescimento moral, tópico de que cuida o Capítulo 2 da obra — onde, a propósito, desenvolve-se adicionalmente o conceito de economia do estado estável. Daly cita E. Fritz Schumacher (*A guide for the perplexed*, Nova York, Harper & Row, 1977, p. 58), com quem concorda quanto ao feito de que “o homem ocidental tem se tornado rico em meios e pobre em fins”.

Daly raciocina, acerca do crescimento moral, lembrando que, aparentemente, para economistas e “outros cientistas sociais de tendência positivista”, os apelos à moralidade soam “como um engano, ou como uma admissão de fraqueza intelectual” (pp. 82-3). Ele cita Alfred Marshall, para quem o aumento do bem-estar social depende não do que, na natureza humana, seja mais elevado, e sim mais forte. “Presumivelmente”, acrescenta Daly, “o interesse próprio é mais forte e mais abundante que a fraternidade” (p. 83). No entanto, como fazer que o equilíbrio de mercado coincida com o equilíbrio ecológico ou com uma justa distribuição da renda e da riqueza? Como atingir uma situação de mais conforto para o homem e aproveitamento da vida em face das tendências do supercrescimento, da supercentralização, do superconsumo, para as quais os rumos do progresso material nos têm impellido? O livro de Daly

pretende fazer face a essas indagações indo da escassez, da finitude dos recursos (ver especialmente pp. 20, 22-5, 71 e 87) à economia do estado estável (pp. 9, 19, 32, 95, 98 e 117-8) e às limitações do crescimento (pp. 8, 17, 24, 26, 29, 41, 95-6 e 112).

Situando a economia na perspectiva do mundo natural, da entropia, do equilíbrio ecológico e dos anseios legítimos de felicidade do homem, o livro de Daly fornece elementos para a reflexão de economistas, cientistas sociais e pessoas interessadas nos destinos da sociedade atual. É uma obra necessária, porque nos acostumamos a pensar que o modelo americano de vida servisse de paradigma para o crescimento de todos os países. Daly mostra claramente que essa não é uma hipótese plausível, definindo o “teorema da impossibilidade” nestes termos: “uma economia de alto consumo de massa, tipo EUA, para um mundo de 4,5 bilhões de pessoas é impossível e mesmo que, por um milagre, fosse atingida teria, certamente, curta duração” (p. 95). É que se necessita de um terço da produção mundial de recursos não-renováveis para sustentar a população dos Estados Unidos, a qual representa tão-só um dezessete avos da população mundial: “então se segue que os presentes fluxos de recursos permitiriam estender os padrões norte-americanos a um máximo de 18% da presente população mundial, nada sendo deixado para os outros 82%. E, sem os serviços prestados pelos 82% mais pobres, os 18% mais ricos poderiam ter tanto trabalho a fazer que não poderiam fazê-lo. Mesmo que o conseguissem, não teriam tempo ou energia de sobra para gozar suas riquezas” (p. 95). Quer dizer: “um padrão de vida igual ao da classe média norte-americana . . . depende de se ter muitas pessoas pobres disponíveis para fazer o trabalho sujo” (p. 95).

O livro de Daly, embora tendo como referência básica o caso americano (ver p. 30), possui relevância para o caso dos países pobres, na medida em que as advertências com base na noção do estado estável têm fundamento em um conceito da organização econômica calcado no mundo dos seres vivos, os quais se desenvolvem homeostaticamente, em equilíbrio — um atributo que vale para qualquer tipo de sistema econômico. Além disso, o Capítulo 3 da obra é dedicado às economias em desenvolvimento, realçando o caso brasileiro (p. 108) e com alusão explícita e detalhada ao Nordeste (p. 106). Daly advoga a necessidade de redução do crescimento populacional nos países pobres e do consumo *per capita* de recursos nos ricos. Há uma argumentação bem articulada quanto às duas reduções, muito embora se deva reconhecer a natureza polêmica das propostas. De qualquer modo, o livro é uma contribuição séria, sólida, criativa a esse e a outros respeito. Pena que a tradução seja ruim, sobretudo no que tange a expressões inglesas que não podem ser convertidas literalmente ao português (*fine tuning*, por exemplo, na acepção de “harmonia”, surge como “sintonia fina”; *presently*, no sentido de “eventualmente”, é traduzida por “presentemente”; *review*, no sentido de “resenha”, é transformada em “pesquisa”; *depletion* é horivelmente traduzida inúmeras vezes por “depleção”, ao invés de “esgotamento”; *to support* é traduzido por “suportar”, quando deveria ser por “sustentar”; *to render a service* é

transformado em “render um serviço”, quando o certo seria “prestar um serviço”; *to experience* aparece como “experenciar”, no lugar de “experimentar”; *to assume* é interpretado como “assumir” — um erro, aliás, muito comum entre quem foi estudar nos Estados Unidos e parece ter esquecido o português —, ao invés de “admitir”; *inventory* é convertido em “inventário”, e não “estoque” ou “acervo”, como seria a prática entre economistas; *leverage*, com o sentido de “efetividade”, é absurdamente dado como “alavancagem”!, e assim por diante). Igualmente, o texto em português contém inúmeros erros gramaticais, com frases, às vezes, pouco inteligíveis. Mesmo assim, relevados também os equívocos tipográficos, a leitura de *A economia do século XXI* é indispensável para uma visão menos apologética — visão cada vez mais necessária — da teoria econômica convencional.

